

## POPULARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Recebido em 24 de fevereiro de 2021

Aprovado em 8 de julho de 2021

# Ser Paleógrafo

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.52469>

*Marcelo Nogueira de Siqueira*

Bacharel em Arquivologia (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO), Especialista em Docência do Ensino Superior (Universidade Cândido Mendes), Especialista em História do Brasil Pós-1930 (Universidade Federal Fluminense – UFF), Mestre em História Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e Doutor em Ciência da Informação (Universidade de Coimbra, Portugal). Professor Adjunto do Departamento de Arquivologia da UNIRIO, arquivista do Arquivo Nacional, Professor Assistente convidado da Universidade de Coimbra (Portugal), entre 2020 e 2021, investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, membro do Núcleo de Paleografia e Diplomática da UNIRIO, integrante do Repositório Internacional de Iconografia Musical – RIDIM Brasil e vice-líder do Grupo de Pesquisa Registros Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória. Participou da Comissão de Avaliação de Arquivos Privados de Interesse Público e Social do Conselho Nacional de Arquivos, da Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática, da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais, da qual foi presidente entre 2010 e 2015, e da Comissão de Altos Estudos do Projeto Memórias Reveladas. Autor de inúmeras publicações nas áreas de Arquivologia, História e Ciência da Informação e de diversos cursos, oficinas e palestras de temas afins. Atualmente desenvolve pesquisa sobre os arquivos nacionais de países lusófonos.

E-mail: [mnsiqueira@gmail.com](mailto:mnsiqueira@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1410-9544>

Ao ser convidado para escrever sobre minha trajetória de paleógrafo, refleti que, inicialmente, teria de falar um pouco sobre o que é a Paleografia e das relações que ela estabelece com outras áreas. Ser paleógrafo não é apenas compreender uma caligrafia antiga ou saber transcrevê-la, mas ter a consciência que em torno de um documento manuscrito (ou impresso que tenha dificuldade de leitura) há contextos, motivos, intenções, modelos, costumes, formas, técnicas e uma série de elementos a serem percebidos para seu completo entendimento.



De uma forma bem resumida, Paleografia é o estudo das escritas antigas, portanto, o paleógrafo é aquele que, por ser versado nessa área, possui capacidades de compreensão de tais escritas, a ponto de contextualizá-las em seus tempos e espaços, identificar como foram produzidas (tintas, suportes, materiais de escrita etc.), perceber em que tipologia documental o conteúdo informacional está inserido e, sobretudo, entender de forma precisa que informação está sendo comunicada no texto lido. A compreensão dessa “escrita antiga” perpassa por um amplo conjunto de capacidades adquiridas com estudos, pesquisas e práticas em campos diferentes do conhecimento e da vida profissional.

Imaginem um pesquisador de História colonial que constantemente leia documentos daquela época, em que a caligrafia era diferente da atual, as letras, números, acentos e sinais possuíam um traçado distinto, o vocabulário era composto por palavras que atualmente não são usuais ou que possuíam outro significado, os vocábulos eram escritos ou acentuados de diferentes formas, o uso de abreviaturas era abundante e nem sempre padronizado, a maneira de expressar uma ideia seguia outra lógica e grande parte das palavras eram escritas de forma encadeada.

Esse pesquisador, de tanto ler e ter contato com tais documentos, acaba por se acostumar e compreender grande parte do que está escrito. Isso acontece com outros profissionais e em diversos contextos, como arquivistas que trabalham com documentos manuscritos, filólogos que pesquisam a evolução das palavras em textos antigos, funcionários de cartórios, bibliotecários, museólogos, biógrafos, genealogistas e até mesmo com farmacêuticos que, por vezes, precisam “decifrar” uma receita escrita com a famosa e incompreensível “letra de médico”. Ora, todos esses profissionais

desenvolveram aptidões que os ajudam na identificação da informação contida em caligrafias que para a maioria das pessoas são incompreensíveis. Mas isso os torna paleógrafos?

Como dito anteriormente, o paleógrafo não é aquele que “apenas” consegue entender o que está escrito em documentos antigos, porque a Paleografia não é “apenas” uma técnica ou um método e muito menos um dom que certas pessoas têm de entender a letra alheia.

Quando eu era professor do ensino básico, conseguia entender a letra dos meus alunos simplesmente porque conhecia cada um deles e suas caligrafias, bem como compreendia a maneira e as dificuldades que as crianças normalmente possuem no processo de alfabetização. Mas havia certas caligrafias que nem o mais experiente professor dava conta (atualmente isso acontece em todos os níveis, pois a prática da escrita cursiva está cada vez menos usual em virtude das novas tecnologias) e só mesmo aquele que tinha o “dom” da leitura de certas caligrafias que era capaz de entender exatamente o que estava escrito. Isso também acontece na Paleografia. Certa vez passei dias tentando transcrever uma passagem de um texto do século XVII sem sucesso algum. Um estagiário deu uma olhada e em menos de um minuto leu a frase inteira. Pode ter sido sorte ou também pode ter sido o “dom”. Mas isso torna alguém paleógrafo?

É de importante destaque entender que o fazer paleográfico era realizado antes mesmo da criação da Paleografia enquanto área, já que era feito de forma empírica há muitos séculos através do trabalho de copistas, quando estes copiavam livros e documentos, de escrivães que produziam e consultavam textos e daqueles que em arquivos e bibliotecas eram responsáveis por sua organização. Esse fazer não era sistematizado, embora houvesse certos costumes, e fazia parte de um conjunto de capacidades de outras profissões. Contudo, com o passar do tempo, a produção documental cresceu e questões como origem, autenticidade e compreensão dos documentos foi sendo posta cada vez mais como fundamental por suas implicações legais e interpretativas, pois, às vezes, a identificação equivocada de um nome, data, símbolo ou valor modifica completamente a informação registrada.

A veracidade dos documentos, imprescindível para as questões jurídico-administrativas e com impacto determinante para análises históricas, motivou uma primeira iniciativa de controle de averiguação entre os séculos XII e XIII, quando o Papa Inocêncio III editou as bulas *Licet ad Regimen*, em 1198, e *Pridem ad Bulae*, em 1201, nas quais eram tratados aspectos de como poderiam se distinguir documentos verdadeiros dos falsos e falsificados e que também atribuía penalidades para os falsificadores. Considera-se esse momento como uma gênese da sistematização da Diplomática (que tem o documento como objeto) e da Paleografia (que tem a escrita como tal).

A Paleografia foi sistematizada na viragem do século XVII para o XVIII em um período de forte disputa entre ordens religiosas que discutiam a veracidade de documentos atribuídos aos santos católicos. Nesse contexto, o monge beneditino Jean Mabillon publicou em França, em 1681, a obra

*De Re Diplomatica*, um tratado que estabelecia as bases da Diplomática e que tratava, mesmo que de forma indireta, de questões ligada ao estudo da escrita antiga. Alguns anos depois, em 1708, o teólogo francês Bernardo de Montfaucon publicou *Paleographia Graeca*, sistematizando saberes e consolidando uma metodologia técnica que passou a ser chamada de Paleografia.

Tanto a Diplomática quanto a Paleografia, ciências irmãs, passaram a ser imprescindíveis para todos que estudavam, pesquisavam e trabalhavam com documentos, de bibliotecários a notários, de administradores a religiosos, de juristas a eruditos. Posteriormente, elas deram origem à Arquivologia.

Durante o positivismo do século XIX e a definitiva inserção dos arquivos no campo de trabalho dos historiadores (nota-se que é apenas nesse período que surgem as primeiras salas de consultas nos arquivos europeus), o arquivista era tido como um profissional erudito, por ser conhecedor de línguas mortas, da história universal, da Diplomática, das ciências auxiliares como a Heráldica, a Epigrafia e a Sigilografia e, sobretudo, por ser versado em Paleografia, condição essencial para exercer a profissão nos arquivos, pois esses continham basicamente documentação manuscrita, de diversas épocas e origens. Ser paleógrafo era fundamental para ser arquivista, tanto que nos primeiros cursos de formação da área a Paleografia compunha, como disciplina obrigatória, todos os currículos estruturantes, tanto na Europa como nas Américas.

Esse cenário foi profundamente alterado no decorrer do século XX, em que a gestão documental se tornou protagonista no fazer arquivístico e os documentos contemporâneos já não precisavam do saber paleográfico, pois deixaram de ser manuscritos. Com isso, o ensino de Paleografia foi perdendo importância e ficando restrito a poucos cursos superiores. Como consequência, uma sensível diminuição de profissionais capacitados, a falta de professores especialistas, a diminuição de pesquisas e a escassez de publicações científicas e de material didático.

Contudo, a demanda pelo saber paleográfico ainda é significativa, pois os arquivos estão repletos de documentos que uma pessoa não versada em Paleografia não conseguirá compreender. Anotações, cartas, testamentos, receitas, diários, pautas musicais, textos literários e uma infinidade de documentos pessoais que são impossíveis de ler em sua totalidade porque a caligrafia é difícil, com nomes desconhecidos e abreviatura impossíveis de decifrar, necessitam do conhecimento paleográfico.

Para além disso, o paleógrafo também irá compreender o que está por de trás da produção daquele texto, pois ele também se interessa pela história social do documento e pelo contexto técnico de sua produção e suas implicações. Para essa compreensão, ele precisa conhecer não só as técnicas de transcrição, mas a história e a evolução das letras e números, compreender como as abreviaturas são formadas, os tipos de caligrafia e os estilos de escritas de cada época, como a pontuação é posta, quais os elementos compõem o documento, os tipos de tintas, de materiais, de suportes, do contexto

histórico, do ambiente jurídico-administrativo, das normas de transcrição e edição e de demais aspectos que transformam a Paleografia em um campo multidisciplinar.

Mas, afinal, como uma pessoa pode se tornar um paleógrafo no Brasil atualmente? O percurso que irei sugerir tem por base aquele que eu optei em trilhar, dentro das possibilidades existentes e factíveis para todos que queiram ingressar nessa área. Em nosso país, normalmente, a disciplina de Paleografia é oferecida nos cursos superiores de Arquivologia, História e Letras, mas quase sempre de maneira eventual e optativa.

Iniciei minha primeira graduação em História, no final dos anos 1980, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Mesmo com disciplinas obrigatórias de História antiga e medieval e de América e Brasil colonial não tive nenhuma disciplina de Paleografia ou algum tipo de contato com essa área. Apenas em minha segunda graduação, em Arquivologia, realizada anos depois na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que tive a oportunidade de estudar as disciplinas de Diplomática e Paleografia com aquele que eu considero o maior especialista brasileiro na área, o Professor João Eurípedes Franklin Leal. O privilégio de ter tido aula com ele só não foi maior do que eu aprendi com esse grande mestre, hoje Professor Benemérito da UNIRIO e membro da Academia Portuguesa da História. Além do conteúdo adquirido, o Professor Franklin mostrou caminhos, apresentou bibliografias, indicou possibilidades e me acolheu como monitor de sua disciplina. Juntos, conseguimos criar em 2005 o Núcleo de Paleografia e Diplomática da UNIRIO, o primeiro do gênero no Brasil. A vivência com ele foi decisiva para meu desenvolvimento na área, sobretudo por ter contato com um conhecimento que vai além do que é aprendido em sala de aula, através de histórias contadas, visitas técnicas realizadas, leituras mais específicas e pesquisas empreendidas. Por isso, como um primeiro conselho, reitero a importância do respeito e da convivência com os grandes professores.

Todavia, da mesma forma em que fui apresentado ao instigante universo da Paleografia, também constatei a aridez na produção acadêmico-científica e na divulgação do saber paleográfico. Os cursos extra universidades, os eventos e publicações da área eram (e são) escassos e o conhecimento sobre outros pesquisadores era difícil, pois não havia uma rede ou associação profissional (até porque paleógrafo não é uma profissão regulamentada). Diante desse cenário, uma pergunta sempre aparecia: Como você se torna um paleógrafo e de que maneira você passa a ser reconhecido como tal?

Para ser paleógrafo não basta um semestre na faculdade ou um curso breve oferecido por instituições arquivísticas e de pesquisa, mas tais experiências são fundamentais, pois introduzem o interessado na história, na teoria e na prática paleográfica. Além das disciplinas oferecidas pelos cursos superiores já mencionados, há cursos que são ofertados pelo Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), alguns de forma esporádica. Eu já participei de todos eles, como aluno e/ou professor. Infelizmente, não temos uma

especialização, um mestrado ou um pelo menos uma linha de pesquisa em Paleografia em programas pós-graduações no Brasil. Em virtude dessa triste lacuna, causada por uma miopia na coordenação de muitos desses programas, a formação de profissionais especializados e de professores de Paleografia vem ficando comprometida.

No Arquivo Nacional, onde sou servidor desde 2006, embora nunca tivesse trabalhado diretamente com documentação manuscrita, participei da capacitação de estagiários e funcionários em Paleografia, ministrei alguns cursos e realizei a transcrição de documentos para publicações e exposições. Também fiz diversos trabalhos privados de transcrição paleográfica e análises jurídicas sobre transcrições realizadas por não paleógrafos.

Em 2010, ajudei a criar a Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão responsável por definir a política nacional de arquivos no Brasil. Com isso colocamos em pauta a Paleografia como elemento a ser discutido dentro da política arquivística do país, realizamos eventos, apoiamos iniciativas e participamos de discussões sobre normas de transcrição.

Em 2013 ingressei como docente concursado no Departamento de Arquivologia da UNIRIO. Um ano depois, com a aposentadoria do Prof. Franklin Leal, assumi a cadeira de Paleografia e a coordenação do Núcleo de Paleografia e Diplomática da UNIRIO. A referida disciplina sempre foi a que teve maior procura por alunos de fora do curso de Arquivologia e até mesmo da universidade, sendo muito procurada por alunos de Biblioteconomia, História, Museologia e Direito, demonstrando sua importância e aspectos transdisciplinares.

Ministrei diversos cursos de paleografia em todo o Brasil e fiz parte do corpo docente do IHGB a convite do Prof. Franklin Leal, criador e coordenador do curso que é considerado o melhor do país atualmente.

Os poucos eventos da área também contribuem para uma pouca difusão, troca e compartilhamento de pesquisas e de estudos de caso. O mais antigo e consistente é o Encontro Nacional de Paleografia e Diplomática (ENPD). Próximo da décima edição, esse evento foi criado pelo Prof. Franklin e que ainda hoje o coordena. O ENPD é realizado dentro da programação dos Congressos Nacionais de Arquivologia e é destinado basicamente aos arquivistas ou demais profissionais dos arquivos. Pude participar de inúmeras edições do ENPD como palestrante, apresentador de trabalho e organizador. Em 2011, eu e o Prof. Franklin criamos e coordenamos o primeiro Congresso Brasileiro de Paleografia e Diplomática, realizado no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ). Esse evento foi a primeira grande realização da área no Brasil, com a presença de cerca de 300 pessoas e a apresentação de pesquisas nacionais e internacionais. Na segunda edição, em 2013 no Arquivo Nacional, tivemos a presença da maior paleógrafa da língua portuguesa,

a Doutora Maria José Azevedo Santos, professora da tradicionalíssima Universidade de Coimbra, berço da paleografia lusitana. Em 2015, também no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, a terceira edição foi realizada com um recorde de comunicações apresentadas. Estive presente na coordenação e na comissão científica de todas as edições, também moderando mesas e palestrando.

Em 2017, criamos o Colóquio Luso-Brasileiro de Paleografia que teve a primeira edição no Arquivo Nacional. No ano seguinte, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, foi realizada a segunda edição com a reunião dos principais nomes da Paleografia portuguesa e brasileira e que também contou com professores espanhóis. Em ambos estive presente como organizador e palestrante. A terceira edição, que seria realizada na Universidade do Porto, precisou ser adiada em virtude da pandemia de Covid-19.

Recomendo vivamente que qualquer pessoa interessada em Paleografia participe dos eventos da área, que veja as palestras e comunicações e, sobretudo, que conheça as pessoas interagindo com elas. Essa rede de conhecimento é fundamental e quando feita abre um leque de possibilidades. Também é de grande importância que se publique e um primeiro passo é participar desses eventos apresentando trabalhos. Além dos que mencionamos há outros, como o Seminário Nacional de Paleografia, realizado pela UFBA.

Tive o privilégio de escrever e publicar, juntamente com o Prof. Franklin Leal, o Glossário de Paleografia e Diplomática, que nesse ano completa dez anos de sua primeira edição. É uma publicação que se dedica mais à Paleografia e que levou cerca de dois anos para ficar pronta. Entretanto, como tivemos que antecipar o lançamento em virtude da realização do I CBPD a revisão final não foi feita e alguns verbetes de Diplomática não foram inseridos. Eu e o Prof. Franklin estamos trabalhando na atualização desse glossário que se transformará numa publicação completamente atualizada e encorpada. Além disso, estamos trabalhando na edição de uma coletânea de artigos sobre Paleografia com autores brasileiros, espanhóis e portugueses a ser publicada em breve. Sobre nossos amigos ibéricos fica a dica de que eles realizam muitos cursos, alguns on-line, em suas universidades. Além disso, alguns programas de pós-graduação, sobretudo em Letras e História, possuem linhas de pesquisa em Paleografia. Na Itália também há boas iniciativas de cursos abertos e uma produção de manuais e pesquisas bem interessantes, inclusive as que ligam a Paleografia com as Humanidades Digitais. Dentro desse cenário contemporâneo também realizei algumas iniciativas, como a construção de páginas dedicadas à Paleografia em redes sociais e a construção de um canal no Youtube com pequenos vídeos didáticos sobre o tema e áreas afins.

Em 2017 eu me mudei para Portugal para realizar uma pesquisa doutoral em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra, em que pesquiso os arquivos nacionais dos nove países de língua oficial portuguesa. Meu conhecimento em paleografia abriu portas e trouxe oportunidades, facilitando minha pesquisa, inclusive. Tornei-me professor associado convidado na Universidade de

Coimbra, instituição que me ofereceu a oportunidade de participar de diversos cursos, oficinas e aulas abertas de Paleografia e temas afins. Estando na Europa, visitei universidades, arquivos e outras instituições em muitos países, mantendo contato com outros profissionais especialistas e dando palestras em Portugal e Espanha.

A questão que norteou esse texto foi da condição de ser paleógrafo e de como ser reconhecido como tal. Considero que tornar-se paleógrafo seja uma construção permanente baseada na capacitação constante, na produção acadêmico-científica, na participação de encontros e no estabelecimento de redes. Aconselho leituras diversas e aprofundadas, um olhar mais amplo para as áreas afins e estar sempre atualizado do que acontece no Brasil e no mundo. Outro conselho que gosto de dar: orgulhe-se da sua condição de paleógrafo, fale sobre ela, invista em sua profissão, especialize-se e a tenha como um elemento diferencial em sua formação. Muitos sabem sobre muitas coisas. Poucos sabem sobre Paleografia. Seja você o diferencial em seu meio.

E por fim, a resposta para a pergunta que sempre me fazem: como ser reconhecido como paleógrafo? O reconhecimento é feito de três formas: primeiro pela própria pessoa que ao se capacitar para tal e sentir que domina um conhecimento consistente da área pode se declarar paleógrafo; a segunda é definida pelo público em geral que ao observar que determinada pessoa domina aquele conhecimento pode lhe reconhecer como tal; e a terceira e mais importante, a que é determinada pelos pares, ou seja, quando outros paleógrafos, professores e pesquisadores o reconhecem assim.

Estude, pratique, publique, divulgue, compartilhe, pesquise, ensine. Para ser um paleógrafo é necessário fazer tudo isso. E como um último conselho: seja generoso para quem precisa e grato para quem foi generoso consigo.